

UNIRIO- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CCBS- ESCOLA DE NUTRIÇÃO
DISCIPLINA SOCIOLOGIA

Fichamento sobre Karl Marx

Bárbara Ayres
Fernanda Torres
Jackeline Ferreira
Jéssica Nobre
Renata Marques

Rio de Janeiro
Setembro/2005

TEORIA DA CIÊNCIA

Do trabalho da Teoria

Quando consideramos um determinado país sob o ponto de vista da economia política, começamos pelo estudo de sua população, a divisão desta em classes, sua distribuição nas cidades, nos campos, no litoral, os diferentes setores de produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, o preço das mercadorias, etc.

Os economistas do século XVII, por exemplo, começam sempre por uma totalidade viva: a população, nação, Estado, vários Estados; mas eles acabam por destacar pela análise algumas relações gerais abstratas determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor, etc. Logo que estes fatores isolados foram mais ou menos fixados e abstraídos, surgiram os sistemas econômicos, que partem de noções simples tais como o trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, para chegar até o Estado, as trocas entre nações e o mercado mundial.

Relações Estruturais

Na produção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independente de suas vontades, relações de produção que correspondem a um grau de desenvolvimento determinado de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se ergue uma super-estrutura jurídica e política e à qual correspondem formas de consciência sociais determinadas.

Abre-se então uma época da revolução social. A mudança na base econômica transtorna mais ou menos rapidamente toda a enorme infra-estrutura.

Em geral, os modos de produção asiático, antigo, feudal, e burgues moderno podem ser qualificados de épocas progressivas da formação social-econômica. As relações de produção burguesas são a última formação contraditória do processo de produção social, no sentido de uma contradição que nasce das condições de existência social dos indivíduos; entretanto, as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa, criam ao mesmo tempo as condições materiais para resolver esta contradição. Com esta formação social termina então a pré-história da sociedade humana.

Estrutura social e conhecimento

O homem se diferencia dos animais a partir do momento em que se começa a produzir seus meios de vida, passo este condicionado pela sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material.

As relações entre as diferentes nações e toda estrutura interna de cada nação dependem da extensão do desenvolvimento de suas forças produtivas, a divisão do trabalho, e o intercâmbio interno e externo. Toda nova força produtiva, quando não é apenas uma simples extensão quantitativa das forças produtivas, traz como consequência um novo desenvolvimento da divisão do trabalho.

A produção das idéias e representações, da consciência, aparece no início diretamente entrelaçada com a atividade material e o comércio material dos homens, como a linguagem da vida real.

As idéias da classe dominante são idéias dominante em cada época. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe com isso, as idéias dos que carecem dos meios necessários para produzir espiritualmente.

A divisão do trabalho se manifesta também no seio da classe dominante como divisão entre trabalho físico e trabalho intelectual, de modo que uma parte desta classe aparece como fornecendo os pensadores, enquanto os demais adotam estas idéias e ilusões de um modo mais passivo e receptivo, já que são os membros ativos da classe e dispõem de pouco tempo para fabricar ilusões e idéias sobre si mesmos.

A classe revolucionária aparece de antemão, já pelo simples fato de contrapor-se a uma classe não como classe e sim como representante da sociedade frente a uma classe única, a classe dominante.

Cada nova classe insatura sua dominação sempre sobre uma base mais extensa que a anterior, o que faz com que mais tarde, se aprofunde e agrave ainda mais a contradição da classe não possuidora contra aquela que agora possui a riqueza. E ambos os fatores fazem com que a luta que há de travar-se contra esta nova classe dominante tenda a uma negociação mais resoluta, mais radical dos estados sociais anteriores do que a que podiam expressar todas as classes que anteriormente haviam aspirado ao poder.

TEORIA DO MODO DE PRODUÇÃO

O processo de trabalho

O uso da força de trabalho é o trabalho propriamente dito. O comprador da força de trabalho consome-a fazendo trabalhar aquele que a vende. Para materializar seu trabalho em mercadoria ele tem que, antes de tudo, materializá-lo em valores de uso, em objetos aptos à satisfação das necessidades de qualquer natureza.

O trabalho é, em primeiro lugar, um processo entre a natureza e o homem, processo em que este realiza, regula e controla, mediante sua própria ação, seu intercâmbio com a natureza. E, ao mesmo tempo que atua sobre a natureza exterior e a transforma, transforma igualmente sua própria natureza, desenvolvendo suas potencialidades latentes e submetendo o jogo de suas forças à sua própria disciplina. Ao findar-se o processo de trabalho chegamos a um resultado que, antes do seu início, já existia na mente do trabalhador. O trabalhador não se limita a transformar a matéria que lhe é oferecida pela natureza mas sim, ao mesmo tempo, realiza nela seu fim, fim que ele sabe que rege como lei as formas de sua atuação e ao qual tem que necessariamente sujeitar sua vontade. E esta sujeição, não se constitui um ato isolado. Enquanto continua a trabalhar, além de empregar os seus órgãos, o trabalhador tem que levar a um objetivo determinado essa vontade consciente do fim a que chamamos atenção, que deverá ser tanto mais concentrada quanto menos atraente seja o trabalho, por seu caráter ou sua execução.

Os componentes que intervêm no processo de trabalho são: atividade adequada a um fim (o próprio trabalho); seu objeto; seus meios.

Todas as coisas que são obtidas através de seu contato direto com a terra são objetos de trabalho oferecidos pela natureza. Pelo contrário, quando o objeto sobre o qual versa o trabalho já foi, digamos, filtrado por um trabalho anterior temos a matéria-prima. Toda matéria-prima é objeto de trabalho, porém nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. Somente será matéria-prima após sofrer, através do trabalho, alguma forma de transformação.

O meio de trabalho é aquele objeto ou conjunto de objetos que o trabalhador interpõe entre ele e o objeto que trabalha e que lhe permite dirigir sua atividade sobre este objeto. O homem serve-se das qualidades mecânicas, físicas e químicas das coisas para utilizá-las, conforme o objetivo que tiver em mente. O objeto que o trabalhador empunha diretamente não é o objeto sobre o qual trabalha, mas sim o instrumento de trabalho. A terra é seu celeiro

inicial e, ao mesmo tempo, seu primeiro arsenal de instrumentos de trabalho. E a própria terra é um instrumento de trabalho. Na medida em que se desenvolve o processo de trabalho este exige instrumentos de trabalho já elaborados. O uso e a fabricação de meios de trabalho, ainda que encontrados em estado embrionário em certas espécies animais, caracterizam o processo de trabalho especificamente humano, razão pela qual Franklin define o homem como “a toolmaking animal”, ou seja, um animal que fabrica instrumentos. Os instrumentos de trabalho não são apenas o marco indicador do desenvolvimento da força de trabalho do homem; são também o expoente das condições sócias em que trabalha.

Entre os objetos que servem de meios para o processo de trabalho encontram-se, em sentido amplo todas aquelas condições materiais que concorrerão para que o processo de trabalho se realize. Trata-se de condições que não se identificam diretamente com o processo mas sem as quais este não ocorreria ou ocorreria de forma imperfeita.

Como vemos, no processo de trabalho a atividade do homem consegue, valendo-se do instrumento correspondente, transformar o objeto de acordo com o fim pretendido. Este processo termina e se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, uma matéria fornecida pela natureza e adaptada às necessidades humanas por meio de uma mudança de forma.

Se analisarmos todo este processo a partir do ponto de vista do seu resultado, do produto, vemos que os dois fatores, os meios de trabalho e o objeto sobre o qual este recai, são os meios de produção e o trabalho um trabalho produtivo.

Os produtos não são apenas o resultado mas igualmente a condição do processo de trabalho.

Exceção feita à indústria extrativa, todos os ramos industriais recaem sobre objetos que têm o caráter de matérias-primas. No que diz respeito aos instrumentos de trabalho a imensa maioria destes demonstra, a um simples olhar, os vestígios de um trabalho anterior.

A matéria-prima pode formar a substância principal de um produto ou servir simplesmente de matéria auxiliar para sua fabricação.

Um mesmo produto pode servir de meio de trabalho e de matéria-prima no mesmo processo de produção. Pode ocorrer que um produto pronto para consumo imediato seja utilizado novamente como matéria-prima para a elaboração de outro produto. Outras vezes o trabalho elabora seu produto de tal forma em que este só pode ser utilizado como matéria-prima. A estas matérias-primas dá-se o nome de artigos que entram no processo de fabricação, embora seja mais exato chamá-los artigos intermediários.

Como se vê, o valor de uso pode representar o papel de matéria-prima, meio de trabalho ou produto, dependendo única e exclusivamente das funções concretas que esse valor de uso desempenhe no processo de trabalho, do lugar que nele ocupe; ao se alterar essa posição alteram-se seu destino e sua função.

Quando os instrumentos de produção apresentam algum defeito, acusam, no processo de trabalho, seu caráter de produtos de um trabalho anterior. No produto bem elaborado desaparecem os vestígios do trabalho anterior ao qual se devem suas qualidades úteis.

Os produtos existentes não são unicamente resultados do processo de trabalho mas também condições de existência deste. Além disso, sua incorporação ao processo de trabalho é a única forma de conservar e realizar como valores de uso estes produtos de um trabalho anterior.

O trabalho devora seus elementos materiais, seu objeto e seus instrumentos, alimenta-se deles; torna-se, portanto, seu processo de consumo.

O processo de trabalho, fixando-nos unicamente em seus elementos simples e abstratos, é a atividade racional destinada à produção de valores de uso, à assimilação da matéria natural ao serviço das necessidades humanas, à condição geral de intercâmbio de matérias entre a natureza e o homem, à condição natural eterna da vida humana e, portanto,

independente das formas e modalidades dessa vida, bem como comum a todas as formas sociais por igual.

CLASSES SOCIAIS

A gênese do capitalista industrial

A gênese do *capitalista industrial* não se dá de modo tão lento e paulatino como ocorreu com o arrendatário. A lentidão deste último não respondia de forma alguma às exigências comerciais oriundas do novo mercado mundial criado pelos grandes descobrimentos realizados em fins do século XV. A *Idade Média* havia legado, contudo, *duas formas distintas de capital* que alcançam seu ponto de maturação nos mais diversos tipos econômicos de sociedade e que, antes do advento da era de produção capitalista, são considerados como o *capital por autonomasia*: o *capital usuário* e o *capital comercial*.

O regime feudal, no campo, e o regime gremial, na cidade, impediam que o *dinheiro capitalizado* na usura e no comércio *se convertesse em capital industrial*. Essas barreiras desapareceram com o *licenciamento* das hostes feudais e com a expropriação e despejo parciais da população camponesa.

O descobrimento de jazidas de ouro e prata na América, a cruzada de extermínio, escravização e sepultamento da população aborígine nas minas, o início da conquista e saque da Índias Ocidentais, a conversão do continente africano em local de caça de escravos negros. Todos esses fatos assinalam o advento da era de produção capitalista. Estes processos idílicos representam outros tantos *fatores fundamentais* no movimento de *acumulação primitiva*. Em suas pegadas, vem a *guerra comercial* das nações européias.

As diversas etapas da *acumulação primitiva* têm como núcleos centrais, em ordem cronológica mais ou menos precisa, Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. É na Inglaterra, em fins do século XVII, que estas etapas se sintetizam sistematicamente no *sistema colonial*, no *sistema da dívida pública*, no *moderno sistema tributário* e no *sistema protecionista*. Este métodos se baseiam, parcialmente – como também ocorre com o sistema colonial – na mais avassaladora das forças: todos eles se valem do *poder de Estado*, da força concentrada e organizada da sociedade, para acelerar a passos de gigante o processo de transformação do regime de produção feudal para o regime capitalista, encurtando ao mesmo tempo os intervalos entre estes.

Sos o sistema colonial, o comércio e a navegação prosperavam como plantas em estufa. As “Sociedades Monopólio” (Lutero) mostraram-se poderosas alavancas de concentração de capitais. As colônias transformaram-se em mercados para as novas manufaturas que brotavam por toda parte, intensificando a acumulação de capital graças ao regime de monopólio. O botim conquistado fora da Europa mediante o saque descarado, a escravidão e a matança refluía à metrópole para converter-se em *capital*.

Hoje a supremacia industrial carrega consigo a supremacia comercial. No período manufatureiro sucedia o contrário: era a supremacia comercial que ensejava o predomínio no campo da indústria. O sistema colonial proclamava a acumulação da mais-valia como o fim último e único da humanidade.

O sistema de crédito público, isto é, da dívida do Estado, apossa-se de toda a Europa durante o período manufatureiro. O sistema colonial, com seu comércio marítimo e suas guerras comerciais, serve-lhe de incentivo. A dívida pública, ou seja, o alheamento do Estado – absoluto, constitucional ou republicano – imprime seu selo à era capitalista. A única porção da chamada riqueza nacional a ser real e verdadeiramente possuída pelos

povos modernos é...a dívida pública. Por isso é perfeitamente coerente a teoria moderna segundo a qual um povo é tanto mais rico quanto maiores forem suas dívidas.

A dívida pública converte-se em uma das mais poderosas alavancas da acumulação primitiva, conferindo caráter procriador ao dinheiro improdutivo e o convertendo em capital sem o expor aos riscos ou ao esforço ligados à inversão industrial e à usura. Na realidade, os credores do Estado nada consomem, já que a soma tomada de empréstimo converte-se em títulos da dívida pública, facilmente negociáveis, que continuam desempenhando em suas mãos o mesmíssimo papel do dinheiro.

Desde o seu nascimento os grandes bancos, adornados com títulos nacionais, não foram senão sociedades de especuladores privados que cooperavam com os governos e que, graças aos privilégios por estes outorgados, estavam em condições de emprestar-lhes dinheiro. Por isso a acumulação da dívida pública é facilmente percebida a partir da alta progressiva das ações desses bancos, cujo pleno desenvolvimento ocorre após a fundação do Banco da Inglaterra(1694).

Com a dívida pública, surgiu um sistema internacional de crédito por trás do qual se esconde com freqüência, neste ou naquele povo, uma das fontes da *acumulação primitiva*.

Como a dívida pública tem que ser respaldada pelas rendas do Estado, o sistema de empréstimos públicos teria que ser forçosamente complementado pelo moderno sistema tributário. Os empréstimos permitem que os governos façam frente a despesas extraordinárias, sem que o contribuinte se dê conta disso no momento, provocando, contudo, a longo prazo, sobrecarga nos tributos. Esta por sua vez, trazendo consigo a acumulação das dívidas contraídas sucessivamente, obriga o governo a emitir novos empréstimos sempre que se apresentarem novas despesas extraordinárias. O moderno sistema fiscal, que gira inteiramente em torno dos impostos incidentes sobre os artigos de primeira necessidade (encarecendo-os, conseqüentemente), carrega em si mesmo a mola propulsora de sua progressão automática.

A parte considerável que toca à dívida pública e ao correspondente sistema fiscal na capitalização da riqueza e na expropriação das massas fez com que inúmeros autores, entre eles, Cobbet e Doubleday, procurassem encontrar aqui, sem razão, a causa principal da miséria dos povos modernos.

O sistema protecionista foi um meio artificial para engendrar fabricantes, expropriar trabalhadores independentes, capitalizar os meios de produção e de vida da nação acelerar a transição do antigo para o moderno regime de produção. Os Estados europeus disputavam entre si a patente deste invento. Então, esmagaram seu próprio povo e povos estrangeiros para atingir seu objetivo. Nos países secundários, toda a indústria foi violentamente eliminada.

Em centros distantes das cidades e pouco povoados, na Inglaterra, uma maquinaria recém inventada foi empregada em grandes fábricas e necessitava de milhares de trabalhadores. A solução encontrada foi a mão de obra infantil. Daí deu-se o rapto das crianças, que eram exploradas e toturadas com essa escravidão infantil. A Europa não se importava com essa escravidão, já que havia progressos na produção capitalista (meios para a acumulação de capital). A escravidão na Europa vinha disfarçada de trabalhadores assalariados.

As classes:

As três grandes classes da sociedade moderna, baseada no regime capitalista de produção são os trabalhadores assalariados, os capitalistas e os latifundiários. O que os separa nessas três grandes classes são a identidade de suas rendas e fontes de obtenção das mesmas. Eles vivem, respectivamente, do salário, do lucro e da renda do solo. Isto é, da exploração de sua força de trabalho, de seu capital ou de sua propriedade territorial.

È na Inglaterra que se acha mais desenvolvida essa estrutura econômica. È tendência constante e lei de desenvolvimento do sistema capitalista de produção o estabelecimento de uma separação cada vez mais profunda entre os meios de produção e o trabalho, bem como a concentração dos meios de produção em grupos cada vez maiores (trabalho se converte em trabalho assalariado e os meios de produção em capital).

Capitalismo e classes sociais:

Baseando-se na existência do regime de produção capitalista, o capitalista não é só um funcionário necessário, como também o funcionário mais importante da produção. Já o latifundiário é uma figura perfeitamente supérflua nesse sistema de produção, tudo o que necessita é que a terra não seja objeto de livre apropriação – declarando a terra como propriedade do Estado.

O trabalho materializado e o trabalho vivo são os dois fatores em cuja confrontação repousa este regime de produção. Esta poderia seguir seu curso sem qualquer tropeço, mesmo que o latifundiário desaparecesse, substituído pelo Estado.

Esta redução das classes que participam diretamente da produção corresponde à própria essência do regime de produção capitalista.

A indústria e as classes sociais

A indústria reúne diversas pessoas que por muitas vezes possuem interesses opostos, isto ocorre devido a competição. Mas um interesse tais pessoas tem em comum e este se relaciona a defesa dos salários. E é graças a esse interesse comum que ocorre a formação da associação, esta tem por finalidade pôr fim a competição entre as pessoas, e habilitá-las a competir como um todo contra os capitalistas. Como resposta a essas associações os capitalistas se congregam visando à imposição de medidas repressivas e baseado nisso a importância em manter as associações supera a de preservar os níveis salariais. Isso foi observado por alguns economistas ao perceber que muitos trabalhadores sacrificavam uma parte substancial de seus salários em favor das associações.

A dominação do capital criou a situação comum e os interesses comuns de classe; com isso, a massa já é uma classe em relação ao capital, mas ainda não é uma classe para si mesma.

Na burguesia pode-se distinguir dois estágios: aquele em que ela passou a constituir uma classe e aquele em que ela derrubou o feudalismo e a monarquia. Esta mesma burguesia também começou como associações parciais orientadas contra os senhores feudais.

O surgimento do emprego improdutivo que é reproduzido principalmente sob o rótulo de “classes domésticas”, a categoria dos antigos escravos familiares (criados, arrumadeiras, lacaios e etc) foi conseqüência do extraordinário aumento da força produtiva nas esferas da grande indústria.

A formação da classe ocorre quando milhões de famílias vivem em condições econômicas que separam seu modo de vida, seus interesses e sua cultura das outras classes. Isto ocorreu com os camponeses parcelares.

Torys: a base de seu poder era a renda da terra que era regulada pelos preços dos gêneros alimentícios e estes eram mantidos em alta pelas leis do cereal. Quando em 1846 ocorreu a revogação das Leis do Cereal e o conseqüente grito de aflição dos Torys, pode-se perceber que eles não eram defensores entusiasmados do trono, da Igreja Anglicana, dos privilégios e liberdades do súdito britânico e que eram sim apegados as instituições políticas e religiosas da Velha Inglaterra.

Whig: eram opositores dos Torys, eles representavam algo bem distinto dos “princípios distintos e liberais” que professam. São os representantes aristocráticos da burguesia, da classe média comercial e industrial. Com isso os princípios e interesses são impostos por essas classes. Mas em troca a burguesia devia garantir o monopólio do governo (isto faz com que eles possam renunciar o monopólio da Lei dos cereais) e a retenção exclusiva de autoridade. A marca característica dos Whigs é a preservação da oligarquia familiar.

Peelistas: são conservadores e liberais não constituem um partido, limitam-se a perpetuar a memória de um homem de partido, o extemporâneo Sir Robert Peel. Os peelistas ainda não conseguiram decidir sobre qual o partido em que devem ingressar.